

Plenário de sindicatos da Frente Comum

11 Março, 2025



Dia 14 de março, às 11 horas, junta-te ao plenário da Frente Comum, em frente à residência oficial do Primeiro Ministro.

A verdadeira segurança dos trabalhadores e dos portugueses garante-se com medidas sérias e justas que valorizem o trabalho e reforcem os serviços públicos:

- Acesso a serviços públicos de qualidade
- Aumento do salário em 15% e não inferior a 150€
- Fixação nos 1000€ como salário mínimo na Administração Pública
- Perspetivas de valorização, progressão e desenvolvimento profissional
- Revogação do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo
- Garantir segurança e estabilidade no emprego
- Eliminação dos vínculos precários

- Garantir direitos sociais e laborais
- Reconhecimento do risco e penosidade nas profissões que o têm
- Diminuição do tempo para a aposentação
- Negociação efetiva da Proposta Reivindicativa Comum para 2025

Política fiscal injusta que “não poupa” os salários mais baixos

Muitos milhares de trabalhadores estão na base remuneratória da Administração Pública (878,42€): uma diferença mínima para o salário mínimo nacional, que vai agora obrigar ao pagamento de IRS!

Agravam-se os constrangimentos nos Serviços Públicos (na saúde, na educação, na justiça, na segurança social) por desinvestimento e obstáculos à admissão dos profissionais necessários, ao mesmo tempo que os utilizam como argumento para contratualizar, pagar e transferir serviços para o sector privado.

O Governo “faz de conta” que negocia, impondo as suas soluções ou procurando apoio em sindicatos que fazem o favor de assinar acordos que ficam aquém das justas reivindicações dos trabalhadores e das possibilidades reais do País!

A Frente Comum apresentou ao governo, ainda antes de ser conhecido o Orçamento do Estado, soluções para os problemas que os trabalhadores e os Serviços Públicos enfrentam.

Tais soluções, constantes da Proposta Reivindicativa Comum 2025, passam obrigatoriamente pela valorização de todos os trabalhadores e pelo reforço efetivo dos Serviços Públicos, nomeadamente através de financiamento e investimento adequados.

O salário não chega ao final do mês!

A atualização salarial na Administração Pública acordada e aprovada entre o Governo e os sindicatos da UGT, tal como a Frente Comum denunciou, não cobre a inflação prevista, nem o aumento de preços!

O aumento dos bens essenciais que se verificaram neste início de ano (alimentos, água, eletricidade, gás, etc.), resultam em MAIS perda do poder de compra.

Uma vida de trabalho não chega para comprar casa e com muita dificuldade, para arrendar!

Os custos com a habitação continuam a ser fator de grande pressão e instabilidade na vida dos trabalhadores, enquanto aumentam os lucros escandalosos dos maiores bancos.

O Governo decide benefícios fiscais aos grupos económicos à custa dos trabalhadores e dos serviços públicos como é o caso dos seguros de saúde. De uma cajadada o governo dá mais uma ajuda às empresas e aos grupos económicos privados do setor da saúde.